

Deputado não descarta confronto

Ângela Romito

Antes mesmo de o Governo iniciar a luta para rever pontos que lhe interessam na Constituição, é necessário que a equipe econômica defina que matérias pretende ver mudadas para promover o tão propalado ajuste fiscal. Essa é a opinião do deputado Tomaz Nonô, um dos vice-líderes do PMDB e ex-secretário de Fazenda de Alagoas, que considera prioritário o Executivo ter "vontade política". "Se o Governo não quiser ter despesas, basta não fazê-las. Via revisão será muito difícil resolver os problemas tributários e fiscais do Governo", sentencia Nonô.

Em reunião fechada semana passada com partidos que dão sustentação ao Governo, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não apresentou propostas. O único consenso foi o de procurar um caminho para que a revisão constitucional comece pelas questões tributária e fiscal. Mas isso somente será possível se todos os pontos estiverem promulgados até 31 de dezembro, em respeito ao princípio de anterioridade.

Nonô, porém, teme que o prazo que se tem seja muito exíguo, ainda mais que as discussões tendem a ser extremamente acaloradas. "O confronto vai começar pela discussão do regimento interno da revisão e se prolongará nas questões polêmicas", prevê.

MP — A seu ver, se os contras

GERALDO MAGELA



Nonô: "vontade política"

exagerarem na ênfase correm o risco de receberem um nocaute através da edição de medidas provisórias. E o Governo pode solucionar seus problemas através desse artifício, teme o deputado, que acha que as perspectivas são as mais sombrias, pois se o sistema tributário e fiscal não for mudado agora não será tão cedo.

É que, em sua avaliação, os que são favoráveis hoje mudarão as regras do jogo, tornando-se contrários depois de 31 de dezembro, sob a alegação de que não irão mudar as regras do jogo para beneficiar o próximo Governo.

Nonô, assim como o senador Beni Veras (PSDB-CE), não vê outra saída a não ser a luta contra o tempo. Sequer a extensão do ano fiscal pode ser cogitada, na opinião dos dois, com vistas a manter o princípio de anterioridade.